

CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS ORGÂNICOS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O ARROZ “TERRA LIVRE”

CERTIFICATION OF ORGANIC PRODUCTS: A CASE STUDY ON RICE “TERRA LIVRE”

Germano Ehlert Pollnow

Engenheiro Agrônomo, Mestrado em Agronomia, Doutorando no PPG em Sistemas de Produção Agrícola Familiar
Universidade Federal de Pelotas (UFPel)
Pelotas-RS, Brasil
germano.ep@outlook.com

Nádia Velleda Caldas

Graduada em Ciências Sociais, Mestrado e Doutorado em Sistemas de Produção Agrícola Familiar
Professora Associada na Universidade Federal de Pelotas (UFPel)
Pelotas-RS, Brasil
velleda.nadia@gmail.com

Daiane Roschildt Sperling

Engenheira Agrônoma, Mestranda no PPG em Sistemas de Produção Agrícola Familiar
Universidade Federal de Pelotas (UFPel)
Pelotas-RS, Brasil
daianesperling@hotmail.com

* **Recebido em: 28/08/2020**

* **Aceito em: 30/10/2020**

RESUMO

O modelo de exploração agropecuária, alicerçado nas bases da Revolução Verde, vem demonstrando uma série de problemas. Contudo, existem diferentes sistemas produtivos, entre as quais está a produção orgânica, cuja importância é crescente. Neste contexto, o objetivo deste artigo é analisar o desenvolvimento da produção de arroz orgânico em assentamentos da Reforma Agrária no Rio Grande do Sul, com ênfase na certificação e suas interfaces com a comercialização. Além de uma revisão bibliográfica e documental, utilizamos uma metodologia qualitativa, a partir da análise de conteúdo em entrevistas realizadas com representantes das organizações de famílias de assentados ligadas ao arroz “Terra Livre”. Assim, podemos apontar o destaque do estado do Rio Grande do Sul cultivado de arroz orgânico produzido, especialmente, em assentamentos de reforma agrária. Na safra de 2016/2017, 616 famílias, distribuídas em 22 assentamentos e situadas em 16 municípios, foram responsáveis por gerar 550 mil sacas deste produto. Toda produção é comercializada com a marca “Terra Livre”, a qual é certificada mediante a modalidade por auditoria, com algumas particularidades que tornam a dinâmica de certificação mais horizontal e participativa. O principal desafio apontado pelos assentados é a comercialização, sobretudo devido ao declínio nos últimos anos de investimentos nas políticas públicas voltadas à agricultura familiar. Apesar disso, os resultados dessa iniciativa vêm demonstrando a dimensão de um projeto construído com base na agroecologia como força motriz de um processo de desenvolvimento diferenciado que amplia as perspectivas das famílias

envolvidas.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Agroecologia; Arroz orgânico; Reforma agrária.

ABSTRACT

The agricultural exploitation model, based on the bases of the Green Revolution, has been showing a series of problems. However, there are different production systems, among which is organic production, whose importance is growing. In this context, the objective of this article is to analyze the development of organic rice production in agrarian reform settlements in Rio Grande do Sul, with an emphasis on certification and its interfaces with commercialization. In addition to a bibliographic and documentary review, we used a qualitative methodology, based on content analysis in interviews with representatives of the families 'settlers' organizations linked to "Terra Livre" rice. Thus, we can point out the highlight of the state of Rio Grande do Sul cultivation of organic rice produced, especially, in agrarian reform settlements. In the 2016/2017 crop, 616 families, distributed in 22 settlements and located in 16 municipalities, were responsible for generating 550 thousand bags of this product. All production is marketed under the "Terra Livre" brand, which is certified by the audit method, with some particularities that make the certification dynamic more horizontal and participatory. The main challenge pointed out by the settlers is commercialization, mainly due to the decline in investment in public policies aimed at family farming in recent years. Despite this, the results of this initiative have been demonstrating the dimension of a project built on the basis of agroecology as the driving force of a different development process that expands the perspectives of the families involved.

Keywords: Family farming; Agroecology; Organic rice; Land reform.

1. INTRODUÇÃO

As questões relativas à segurança dos alimentos têm estado presentes na mídia, causando preocupação sob diferentes óticas. Vários foram os episódios ocorridos nos últimos anos. Tal fato ganha uma conotação ainda mais grave quando, não raras vezes, os alimentos contaminados compõem a dieta de crianças e idosos. Um exemplo emblemático é o caso de algumas marcas comerciais brasileiras de leite *Ultra High Temperature* (UHT), que tiveram seu produto adulterado com formol, ureia e soda cáustica (ABRANTES, CAMPÊLO & SILVA, 2014; G1, 2014; JORNAL DO COMÉRCIO, 2017). Outros exemplos podem ser citados, como a operação "Carne Fraca", deflagrada pela Polícia Federal brasileira (EL PAÍS, 2017a; EL PAÍS, 2017b; HECK, PERPÉTTUA & THOMAZ JUNIOR, 2018), ou o caso da contaminação de bebida láctea achocolatada de uma famosa marca com produtos de limpeza, ocorrido em 2011 (TERRA, 2011; VEJA, 2011; MOREIRA, PY & GHISLENI, 2012). Tais situações ilustram o que pode ser a ponta de um *iceberg*, o qual não vemos completamente e não sabemos exatamente sua dimensão.

A título introdutório existem outros tópicos que devem ser mencionados. Referimo-nos ao oligopólio da produção de sementes e insumos agrícolas. Segundo estudo de Howard (2015), apenas três grandes empresas multinacionais (Monsanto, Du Pont e Syngenta) controlavam nada menos que 55% do volume de sementes comercializadas em todo o mundo. Esse dado *per se* já impressiona, principalmente se analisarmos a falta de autonomia que pode acarretar aos próprios agricultores e agricultoras na produção própria de suas sementes. Há que citar ainda a fusão da Bayer e Monsanto e da Syngenta e Nidera Seeds – gigantes desse segmento, cujas transações ocorreram entre 2016 e 2017 – restringindo ainda mais o número de fornecedores de sementes e outros insumos agropecuários.

Outro elemento que merece destaque nessa discussão inicial diz respeito aos dados apresentados pela Abrasco (2015), segundo a qual, no ano de 2014, o consumo de agrotóxicos no Brasil alcançou uma estimativa de 7,3 quilos por habitante. O resultado desse quadro gera

bastante preocupação do ponto de vista dos impactos sociais, ambientais e econômicos causados pelos agrotóxicos e sua aplicação por vezes indiscriminada.

É importante manter em cena que muitos desses fatos têm origem na segunda metade do século passado com a “Revolução Verde”, a qual é entendida por Mazoyer & Roudart (2010) como uma variante da revolução agrícola contemporânea amplamente disseminada, chegando a um número maior de agricultores que eram capazes financeiramente de adquirir os novos insumos para a produção. Já Bianchini & Medaets (2013) concebem esse processo como a segunda revolução agrícola, baseada nos avanços da engenharia mecânica, da genética vegetal e da química agrícola, sendo apoiada por um conjunto de incentivos e políticas agrícolas inicialmente nos Estados Unidos e na Europa avançando, posteriormente, aos países em desenvolvimento.

Na esteira desse debate sobre os impactos do uso de agrotóxicos, nas últimas décadas é crescente a discussão em torno da produção orgânica, não apenas como uma alternativa à agricultura globalizada, mas também como uma reação ao processo de mundialização. Nesse sentido, a demanda por alimentos limpos, saudáveis e localmente produzidos vem crescendo sobremaneira, assim como a busca por alternativas ao atual modelo de produção e exploração dos recursos naturais.

Ao longo da história agrária de diferentes grupos sociais, sempre existiram distintas formas de agriculturas. Esses movimentos “alternativos”, como foram convencionalmente chamados no final do século passado, ressurgem atualmente com maior força ao contrapor um modelo que vem se mostrando passível de críticas ambientais, econômicas, sociais e por vezes, até ética. Nesse rol de alternativas, além do conceito brasileiro da agricultura orgânica (BRASIL, 2003), podemos citar a agricultura biodinâmica, a agroecologia, a agricultura biológica, a permacultura, entre outras (JESUS, 2005).

Há que registrar que estamos cientes do debate no Brasil a respeito do uso, muitas vezes, dos termos orgânico e agroecológico como se fossem equivalentes (POLLNOW, 2018). Nesse sentido, importante mencionar que no país geralmente se adota a expressão “agroecológico” em processos mais próximos da agricultura familiar, ao passo que o termo “orgânico” se conecta a uma forma de agricultura na qual essa associação é tênue ou muitas vezes não existe, predominando uma racionalidade mais ligada ao agronegócio (ASSIS & ROMERO, 2002). Todavia, a legislação brasileira – Lei Federal 10.831/2003 – elegeu o termo orgânico, unificando as diversas formas anteriormente citadas (BRASIL, 2003). É preciso notar que essa distinção está presente no discurso de muitas organizações e movimentos sociais. Tais organizações, como o próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) admitem que toda forma de agricultura agroecológica é orgânica, mas a inversa não é verdadeira. Feita essa pequena digressão, cabe agora voltar ao argumento central desse artigo.

De acordo com a legislação brasileira, para que os produtos orgânicos possam ser comercializados como tal no país, necessitam passar por um sistema que confira credibilidade de que foram produzidos respeitando as normas técnicas e legais vigentes para este tipo de produção (BRASIL, 2003). Em outras palavras, devem haver sido submetidos a um sistema de avaliação de conformidade, também chamado de processo de certificação.

Muitas vezes esses processos podem esconder um caráter mercantil por trás de selos que identificam os produtos nos mercados. É exatamente o que acontece com a maior parte dos processos de certificação por auditoria de produtos orgânicos em todo o mundo. Nesse sentido, Caldas (2011) reconhece que em tal situação há um verdadeiro mercado de certificações. Para as agricultoras e agricultores familiares, a certificação pode ser considerada como um mecanismo adicional de exclusão social, isso porque se o produto não é certificado como orgânico, apesar de que possa ter sido produzido respeitando-se as normas técnicas, não poderá ser comercializado como tal. Este aspecto permite-nos compreender, ainda que

parcialmente, a aparição de outros regimes e processos de certificação, como é precisamente o caso dos Sistemas Participativos de Garantia (SPGs).

Além disso, tendo em vista o alto custo econômico em geral cobrado pelas empresas certificadoras por auditoria convencional, surgiu uma outra forma de certificação de produtos orgânicos, chamada por Cuéllar Padilla (2008) de certificação coletiva ou grupal por terceira parte. Buscando definir uma distinção, a autora estabelece um paralelo entre a certificação por terceira parte grupal e os sistemas participativos de garantia (Quadro 1). Essa certificação coletiva por terceira parte é precisamente a forma como se dá o processo acreditador no caso do arroz “Terra Livre”. Esse aspecto será melhor explorado na seção que aborda a discussão dos resultados do estudo aqui em tela.

Quadro 1 – Diferenças entre os Sistemas Participativos de Garantia e os Sistemas Grupais de Garantia por Terceira Parte.

Certificação coletiva por terceira parte: Sistemas de controle interno e certificação grupal	Sistemas Participativos de Garantia
Baseia-se no controle do cumprimento de determinadas normativas de uma entidade de certificação alheia ao grupo de produtores.	Baseia-se numa rede de atores implicados em toda cadeia produtiva e comercial que se responsabilizam para assegurar a qualidade do manejo e dos procedimentos mediante visitas regulares e de um controle social.
A entidade externa de certificação é quem define o processo, delegando a atividade de inspeção ou os procedimentos burocráticos correspondentes.	O sistema sobre o qual se trabalha é fruto de uma construção e decisão coletivas.
Geralmente os produtores de um mesmo grupo têm uma produção similar e um mercado centralizado. Quem é certificado é o grupo em seu conjunto	A produção não necessita ser similar e o mercado pode ser diversificado. O certificado do agricultor pode ser individual se assim for acordado pelo grupo.
O objetivo deste esquema é fundamentalmente reduzir o custo da certificação e o resultado econômico final.	O objetivo é o de não somente reduzir o custo da certificação, mas preservar a autonomia do grupo, a corresponsabilidade e consolidar o tecido social e produtivo.
O destino da produção é variado, mas costuma voltar-se para mercados distantes.	O destino da produção é basicamente o mercado local.
A chave do processo são as inspeções externas realizadas por uma certificadora por terceira parte.	A chave do processo é a implicação de todos os atores envolvidos na esfera da produção, comércio e consumo para fiscalizar a garantia.
As figuras chaves são os inspetores externos.	As figuras chaves são os próprios atores que conjuntamente intervêm em todo processo.

Fonte: Adaptado de Cuéllar Padilla (2008, p.76).

No estado do Rio Grande do Sul, assentamentos de reforma agrária produzem arroz irrigado segundo as normas técnicas da agricultura orgânica, bem como beneficiam, embalam e comercializam o produto em diferentes mercados sob a responsabilidade de diferentes cooperativas agropecuárias ligadas ao próprio MST. Não obstante, o processo de certificação dessa produção não se dá através de um SPG, e sim por intermédio de uma entidade privada, neste caso, a Imo Control do Brasil Ltda., registrada como tal na relação dos organismos de avaliação da conformidade orgânica do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2020a).

Seria de esperar que a orientação associativa e coletiva dos assentamentos de Reforma Agrária e o discurso dominante desse movimento social se impusessem na escolha de uma forma de certificação equivalente ou similar à modalidade correspondente aos SPGs. Dito isto, vale indagar: quais os fatores motivaram essa escolha? Como os assentados e lideranças enxergam a questão da certificação e justificam a contratação dessa empresa? Responder a esses questionamentos faz parte do objetivo desse trabalho, o qual está centrado no estudo

sobre como vem se desenvolvendo a produção de arroz orgânico nos assentamentos de Reforma Agrária do Rio Grande do Sul, com ênfase na certificação da produção orgânica, bem como as interfaces desse processo com a questão da comercialização.

Além desta introdução, o artigo está dividido em outras quatro seções. A próxima traz a metodologia empregada no estudo. A terceira parte aborda o contexto histórico e produtivo do arroz orgânico “Terra Livre” que é produzido, beneficiado e comercializado pelas cooperativas de assentados da reforma agrária da Região Metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. O foco da quarta seção recai sobre a certificação do arroz “Terra Livre” como produto orgânico, além de explorar o entendimento dos próprios atores envolvidos com o processo sobre as dinâmicas e perspectivas atuais e futuras. Antes de mencionarmos os agradecimentos e referenciar as obras bibliográficas citadas, a quinta seção reúne as considerações finais desse artigo.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta investigação fez uso de uma abordagem qualitativa que, segundo Godoy (1995, p. 58), compreende a obtenção de dados descritivos através do “contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva” dos investigados. Convergingo com esse entendimento, Minayo (1999, p. 21-22), afirma que uma pesquisa de cunho qualitativo

[...] responde a questões muito particulares. Ela se preocupa nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Para desenvolver este estudo recorreremos a diferentes fontes de informação, primárias e secundárias. Em um primeiro momento, além de uma revisão bibliográfica, reunimos dados secundários provenientes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD)ⁱ; de organizações não-governamentais e movimentos sociais; da *International Federation Organic Agriculture Movement* (IFOAM); da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e de outras instituições que abordam a pauta da certificação de produtos orgânicos dentro de suas agendas de atuação. Houve ainda a apreciação de documentos que dizem respeito ao marco legal da produção orgânica no país (Leis, Decretos, Instruções Normativas, etc.), assim como documentos sobre a certificação do arroz “Terra Livre”.

A obtenção dos dados primários se deu através da realização de nove entrevistas em profundidade entre os anos de 2016 e 2017, empreendidas nos locais de atuação dos atores, mediante uso de um roteiro semiestruturado que contemplou perguntas abertas e fechadas. Participaram como interlocutores, além de representantes das organizações dos agricultores familiares assentados produtores do arroz “Terra Livre” (Coceargsⁱⁱ, Cootapⁱⁱⁱ, Copat^{iv}, Cooperav^v e Coopan^{vi}), uma técnica da Emater/RS-Ascar^{vii} do município de Canguçu, um representante do Irga^{viii} e um auditor da Imo Control do Brasil Ltda. As entrevistas foram gravadas, sempre com autorização dos interlocutores, sendo posteriormente transcritas integralmente. O material gerado foi organizado juntamente com os registros do caderno de campo e com as imagens retratadas durante a pesquisa, sendo instrumentos auxiliares à análise das entrevistas. A análise de conteúdo foi a técnica metodológica utilizada para explorar os depoimentos, o que permitiu organizar as informações reunidas e construir uma base de comparação entre os diferentes discursos. Os resultados obtidos são apresentados e discutidos nas duas seções subsequentes.

3. O ARROZ “TERRA LIVRE”

A atividade orizícola nos assentamentos de reforma agrária da região circunvizinha de Porto Alegre/RS teve seu início em 1995, sendo desenvolvida por assentados organizados em cooperativas (CADORE, 2015). Um de nossos entrevistados, quando questionado sobre o porquê de se haver começado a produzir arroz no seu assentamento (localizado no município de Tapes/RS), mencionou o seguinte: “nós estamos aqui numa área que é banhado, não temos outra cultura aqui. Entramos com gado de leite, fazíamos uma pastagem e largávamos o gado, vinha uma enchente tu não aproveitava nada” (Informação verbal^{ix}).

Em outra entrevista, quando fizemos a mesma pergunta para o interlocutor (assentado no município de Viamão/RS), nos foi relatado que a produção de arroz iniciou já no momento de estabelecimento do assentamento, porque era uma das poucas culturas possíveis de serem cultivadas diante das características da área:

A produção do arroz existe desde que o assentamento se colocou aqui, desde 98 e a produção do arroz já se instala junto e aí nesse período vem já a questão de grupos que produziam orgânico e grande parte não orgânico, que é a produção do convencional, então desde 98 a produção está instalada no assentamento. (Informação verbal^x)

Já em 1999, sob coordenação da Coceargs, começou a ser desenvolvida a produção de arroz ecológico na região metropolitana de Porto Alegre, buscando alternativas ao processo de integração industrial baseado na utilização de agrotóxicos e adubos sintéticos (DUARTE, 2014). A autora percebeu em sua pesquisa que o baixo preço pago pelo arroz convencional não foi o único fator que levou as famílias assentadas à crise: outro aspecto foi uma “estreita relação entre a baixa produtividade e um custo muito elevado devido à falta de conhecimento e a natureza do processo convencional de produção” (DUARTE, 2014, p. 106).

Uma de nossas entrevistadas reforçou esse aspecto e relatou ainda que a questão da saúde também exerceu influência na mudança do sistema de produção:

O alto custo e a questão dos agrotóxicos, no meu assentamento foi isso. Até também foi um dos primeiros assentamentos, foi o assentamento Capela e Tapes é onde teve essa iniciativa de começar com os orgânicos e aí a questão da saúde também. Tinha o “pacotão”, os adubos e ureia, os agrônomos que chegavam e o agricultor, né... só pagava. (Informação verbal^{xi}, destaque nosso)

Observamos em nossa pesquisa de campo que essa questão da saúde dos trabalhadores foi fator preponderante para o início das experiências com o cultivo de arroz ecológico. No final dos anos 1990, para a aplicação aérea de agrotóxicos nas lavouras de arroz – muito utilizada até hoje na produção convencional em grandes escalas –, havia a necessidade de “bandeirinhas”, ou seja, pessoas que demarcavam com bandeiras os limites das lavouras e sinalizavam quais os locais que o avião deveria realizar a pulverização. Um de nossos entrevistados nos explicou que:

Porque na verdade quando tu passava o veneno, naquele tempo tinha alguém que tinha que ficar dando bandeira [...], aquele coitado que tava lá se lavava, e aí todo mundo tinha ferida na boca, adormecia os músculos, tomavam um banho de veneno e aí ninguém queria mais. (Informação verbal^{xii})

A saúde das pessoas comprometida e a crise financeira que o setor enfrentava foram os principais fatores que motivaram o início de experiências com a produção ecológica de arroz. Um de nossos entrevistados sintetizou essa relação nos seguintes termos:

E hoje graças a Deus deu certo, se expandiu assim em poucos anos e tá onde tá, **então é uma história né? Mas foi crise, foi de preço de insumo muito alto, pra bandeirar não tinha mais, de nós ninguém mais queria...** Nem os mais novos, a gurizada mais nova ia de curioso e ia parar no hospital. (Informação verbal^{xiii}, destaque nosso)

Apesar de hoje essa experiência estar consolidada, houve uma série de dificuldades. Os estudos realizados por Duarte, (2014), Cadore (2015), Fornazieri (2015) e Martins (2016) apontam que as dificuldades iniciais estavam associadas principalmente ao fato de que as famílias assentadas na região metropolitana de Porto Alegre não estavam adaptadas e tampouco tinham conhecimento sobre o cultivo em terras baixas, sobretudo por serem originárias do norte do estado do Rio Grande do Sul, onde os cultivos de sequeiro se destacam.

A partir da superação das dificuldades iniciais, do impulso de novas áreas de produção e do número de famílias envolvidas, surgiu a necessidade de criação do Grupo Gestor do Arroz Ecológico, sendo este o espaço de articulação dos assentados, organizados em grupos de produção e em cooperativas de produção agropecuária de base (MARTINS, 2015). Esse grupo foi constituído em 2004, a partir da representação dos grupos de produção e cooperativas (MARTINS, 2016). Um de nossos entrevistados se referiu ao Grupo Gestor do Arroz Ecológico nos seguintes termos:

[...] O mesmo que a gente tem um grupo gestor pras hortas, a gente tem um grupo gestor que é do arroz agroecológico. **Esse grupo gestor nada mais é que aqueles técnicos que estão mais ligados à produção de arroz, os responsáveis por unidades – unidade de armazenagem e beneficiamento, no setor de grãos –, e também produtores que são mais influentes nas microrregiões... os que têm há mais tempo, já fazem parte do grupo gestor.** (Informação verbal^{xiv}, destaque nosso)

Conforme Martins (2016, p. 46),

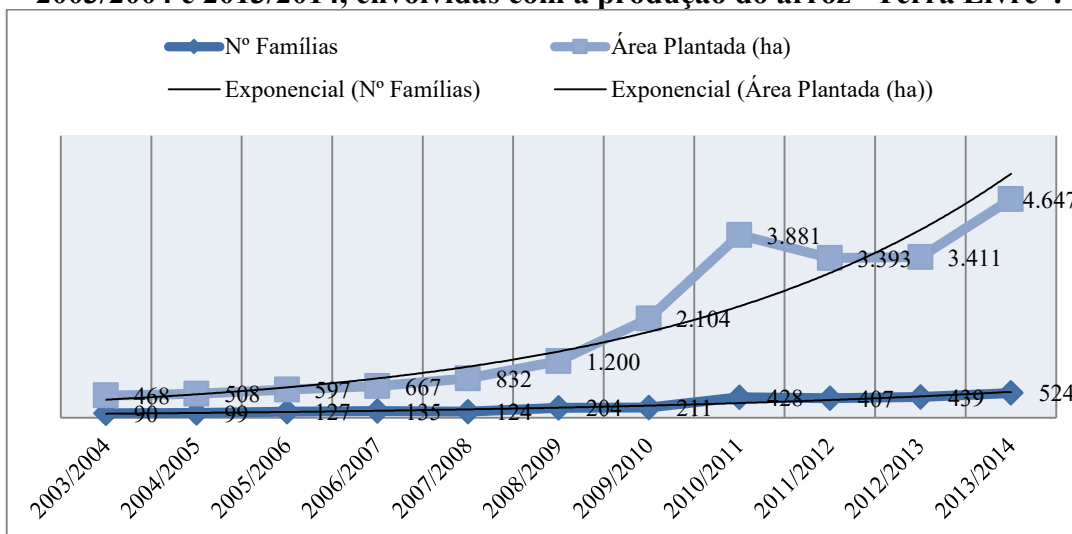
[...] a partir de reuniões sistemáticas, o Grupo Gestor dialoga sobre a condução dos processos produtivos e os gargalos técnicos e econômicos em cada safra. Articulam capacitações técnicas em cada fase do ciclo agrícola, com base em Dias de Campo, bem como dimensionam as necessidades de insumos, horas-máquina e infraestrutura de armazenagem e beneficiamento de todo o sistema.

Toda essa trajetória, aos poucos, vem ganhando a simpatia e a confiança dos agricultores e dos consumidores. O gráfico apresentado na Figura 1 ilustra que ao longo de dez anos, o número de famílias envolvidas com a produção do arroz ecológico “Terra Livre” saltou de 90 para 524, enquanto a área plantada saltou de 468 para mais de 4.600 hectares.

No que diz respeito ao número de famílias envolvidas e área cultivada nas safras de 2015/2016 e 2016/2017 o incremento foi ainda maior (Figura 2). Além disso, houve uma expansão da produção para mais três municípios e outros cinco assentamentos, aumentando também a produção, saltando de pouco mais de 393 mil sacas para 550 mil sacas.

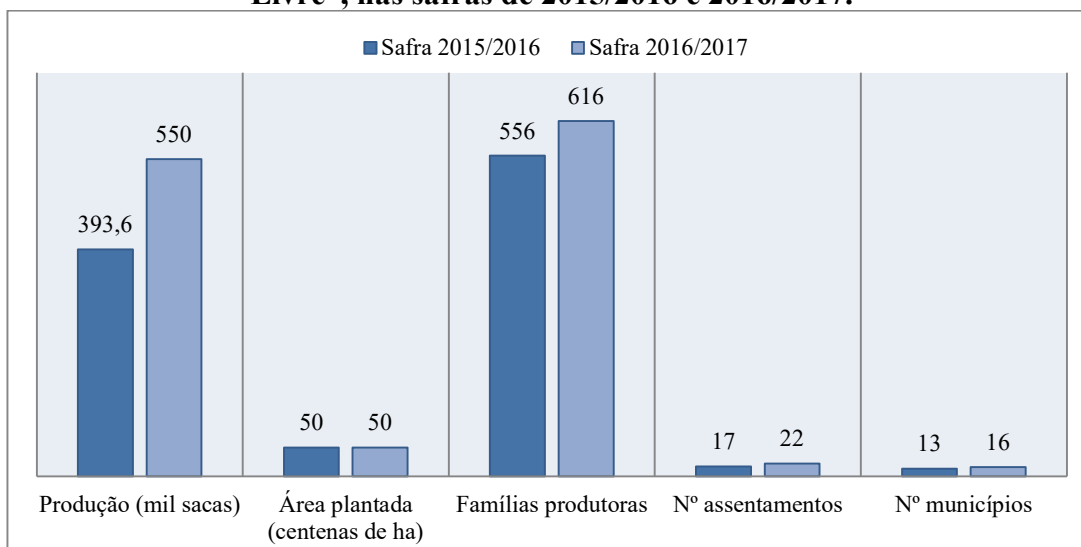
No início de 2018, momento de finalização da presente pesquisa, a produção do arroz “Terra Livre” estava distribuída em 22 assentamentos nos municípios gaúchos de Arambaré, Caçapava do Sul, Camaquã, Canguçu, Capivari do Sul, Charqueadas, Eldorado do Sul, Guaíba, Manoel Viana, Nova Santa Rita, Santa Margarida do Sul, São Gabriel, São Jerônimo, Tapes, Taquari e Viamão (Figura 3).

Figura 1 – Evolução do número de famílias e área plantada (ha) entre as safras 2003/2004 e 2013/2014, envolvidas com a produção do arroz “Terra Livre”.



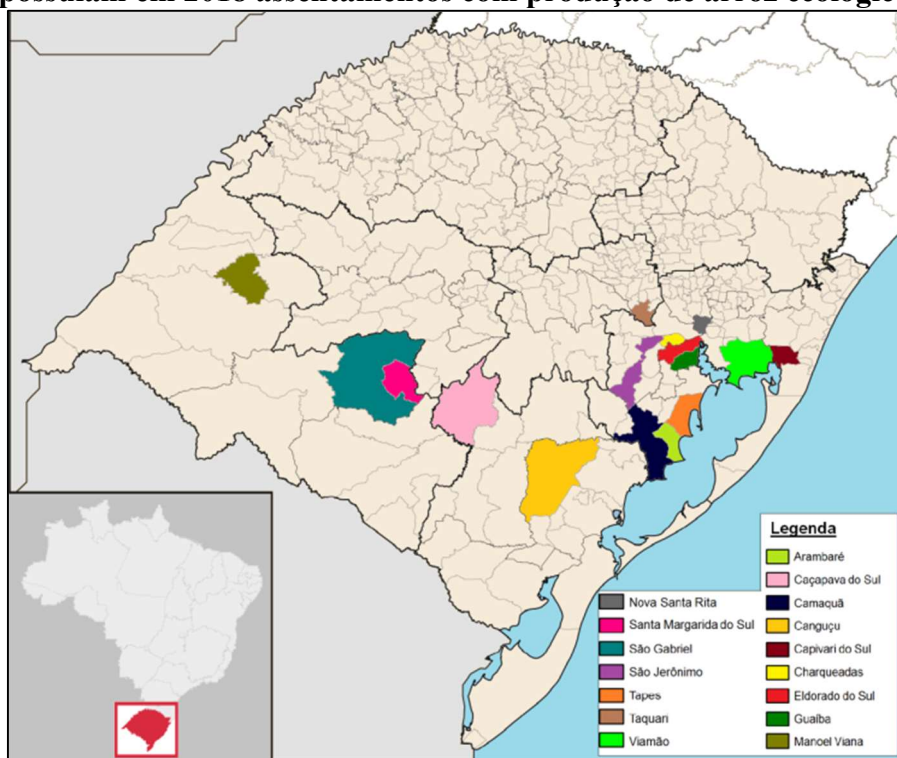
Fonte: adaptado de Martins (2015, p. 5).

Figura 2 – Produção de arroz, área plantada, famílias produtoras, número de assentamentos e número de municípios envolvidos com a produção do arroz “Terra Livre”, nas safras de 2015/2016 e 2016/2017.



Fonte: elaboração dos autores a partir de dados do MST.

Figura 3 – Mapa ilustrativo com a representação geográfica dos municípios que possuíam em 2018 assentamentos com produção de arroz ecológico.



Fonte: elaboração dos autores a partir de informações fornecidas pela Coceargs (2017).

Algumas organizações, sobretudo cooperativas de produção agropecuária ligadas ao próprio MST, fazem parte de toda a dinâmica de trabalho. Por exemplo, a Cootap “atua na prestação de serviços à produção primária, destacando-se no fornecimento de insumos ecológicos, como é o caso do adubo orgânico, e na disponibilização de horas-máquina de suas patrulhas agrícolas” (MARTINS, 2016, p. 44). Durante a realização do trabalho de campo foi possível verificar que a Cootap não atua no beneficiamento da produção, mas desempenha papel destacado no momento da comercialização da produção, a qual é beneficiada pela Coopam e pela Coopat.

A marca “Terra Livre” está ligada a diferentes tipos de arroz (branco, parboilizado e integral) comercializado em embalagens de 1 e 5 quilos, incluindo a modalidade à vácuo (pacotes de 1 kg). A Figura 4 ilustra algumas dessas formas de apresentação.

Figura 4 – Algumas das formas de apresentação do arroz “Terra Livre”.



Fonte: acervo dos autores.

O principal desafio enfrentado apontado pelos nossos interlocutores foi sempre a comercialização da produção. Nesse sentido, uma de nossas entrevistadas afirma que, em certa medida, isto ocorre pela falta de conhecimento da população sobre produtos orgânicos e sobre a agroecologia:

Mas a questão quanto à comercialização também, a gente tinha um pouco de dificuldade pra vender, **porque as pessoas ainda não têm costume de comer os produtos saudáveis no começo, e ainda não temos um grande público que consome esses produtos**, então a dificuldade. Às vezes tu vende o arroz no preço convencional, então essa é uma dificuldade que a gente ainda tem na questão da comercialização. (Informação verbal^{xv}, destaques nossos)

Há que mencionar também que dificuldade de comercialização está fortemente atrelada às mudanças políticas que vêm ocorrendo no Brasil e pelo aniquilamento das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, tanto a nível nacional e estadual, como a nível municipal em alguns casos. Isto ficou evidenciado em diversas entrevistas:

Nós estamos vivendo assim em um **momento de crise, assim, não de produto**, porque os silos estão cheios, **mas de comercialização** mesmo. A gente fez todo um planejamento de venda, de pra onde vai, mas tá bem parado. (Informação verbal^{xvi}, destaques nossos)

Hoje a nossa dificuldade é a comercialização ainda, com a alta e a baixa, com esses governos que entraram aí, cortaram tudo, mercados... A gente tinha um bom mercado com a Conab [Companhia Nacional de Abastecimento*] e ainda tá pegando alguma coisinha. (Informação verbal^{xvii}, *inserção nossa)

A dependência aos mercados institucionais é apontada como um problema na medida em que confere certa vulnerabilidade à comercialização. Assim, torna-se crucial explorar outras possibilidades de mercados. Um de nossos entrevistados mencionou que:

[...] a gente achava que tava garantida a comercialização do produto, e com essa aniquilação das políticas públicas, sem essa formação de estoque [Programa de Aquisição de Alimentos, modalidade Formação de Estoque*], foi um baque grande. Antes você vendia arroz nos silos, recebia, e tinha capital pra financiar a próxima safra, agora com essa política, não. Você tem que ir beneficiar seu arroz, entregar pra dali você ver se não vai se prolongar mais [o pagamento pela mercadoria vendida*]. (Informação verbal^{xviii}. *inserções nossas)

Com as dificuldades de comercialização, as principais vendas vinham se dando sob a forma de entregas para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e através de pequenas vendas para prefeituras. Conforme as palavras mencionadas em uma de nossas entrevistas:

Então hoje é pingadinho, 30 mil kg pra prefeitura, 35 lá pra outra, aquele “negocião”, aquela correria, hoje tá tudo parado. Então tu bota uma estrutura ali, tu tem que botar e fazer o troço andar, que tem a depreciação dela. [...] **As merendas escolares estão saindo, mas não vai absorver toda a nossa produção orgânica**, até talvez mais tarde pegando prefeitos mais... Hoje tem essa barreira aí, “o sem terra é isso, é aquilo”, tem uma barreira mais reacionária [...]. Então a gente conseguiu um mercado bom em São Paulo na prefeitura, mas com essas trocas de prefeito que deu aí também foi tudo. (Informação verbal^{xix}, destaque nosso)

E essa preocupação com a comercialização vem firmando a necessidade de busca por alternativas que contornem essa dependência dos mercados institucionais:

[...] **a gente já começou a pensar mais em expandir o mercado, tentar entrar em um mercado de varejos, sair um pouco da dependência do institucional**, embora hoje grande parte é. Mas tem que ter uma válvula de escape porque hoje a cooperativa tem que se manter e ter capital de giro pra financiar a safra. (Informação verbal^{xx}, destaque nosso)

Uma das possíveis “válvulas de escape” apontadas é o mercado de exportação. Em uma das entrevistas realizadas nos foi relatado que “o que já tem saído um pouquinho é a exportação pra fora. No ano passado fizemos uma boa venda pra Venezuela, esse ano acho que estamos fechando mais um negócio com a Venezuela” (Informação verbal^{xxi}).

Apesar dos desafios enfrentados, especialmente no que tange à comercialização da produção, a experiência expandiu e alcançou números bastante significativos. Não só a área cultivada e o número de famílias envolvidas, mas também o número de assentamentos e os municípios implicados nesse processo.

Conforme Martins (2015, p. 12), a experiência

[...] desenvolvida nos assentamentos da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) com a produção ecológica, sobretudo a do arroz, indica a possibilidade de desenvolver a disputa política na sociedade e edificar a construção de relações sociais de novo tipo que apontem para um projeto societário emancipador.

As relações entre os assentados/as estão pautadas, segundo o mesmo autor, em ajuda mútua, laços de solidariedade e numa agricultura de base agroecológica, onde “as famílias organizam-se em diversos grupos de produção, cooperativas coletivas, cooperativas de prestação de serviços e cooperativa central, coordenados pelo Grupo Gestor do Arroz Ecológico” (Martins, 2016, p. 43).

Até aqui, foi apresentado e discutido o histórico e a evolução da produção do arroz “Terra Livre”. O foco da próxima seção está no processo de certificação orgânica da produção, juntamente com seus antecedentes e justificativas.

4. CERTIFICAÇÃO DO ARROZ “TERRA LIVRE”

A partir da pesquisa de campo e da análise das informações coletadas, percebemos que o movimento de certificação se deu para o cumprimento da legislação brasileira, tratando-se de um imperativo legal e mercadológico para as trocas comerciais. Além disso, os atores entrevistados alegam a necessidade de diferenciação e a importância da agregação de valor ao produto final. Nesse caso, o argumento está centrado na viabilização da produção orizícola orgânica em menores escalas em relação à produção convencional. Um de nossos entrevistados alega que a produção não seria viável se não fosse através dessa estratégia de agregação de valor. Conforme suas palavras:

[...] quando veio a questão da certificação, **tudo foi basicamente pelo financeiro** e como eu já tinha dito, **pela diferenciação**. Eu sempre costumo falar que a cooperativa que nos moldes que ela trabalha aqui e com o público que atinge né, pequenos produtores, famílias que têm um lote de 10, 30 hectares, então é o diferencial né, **se não fosse a questão orgânica não se sustenta a maioria dos nossos produtores**. (Informação verbal^{xxii}, destaques nossos)

O processo de certificação é coordenado pela Coceargs. Segundo Martins (2016), a certificação orgânica adotada no caso do arroz “Terra Livre” tem por base um sistema de inspeção de garantia, com normas técnicas bem definidas e com a participação efetiva dos agricultores assentados.

Apesar disso, a escolha da certificação não se deu pela modalidade participativa, mas sim através de um sistema de auditoria por terceira parte, ainda que esse seja de forma grupal.

Essa certificação é realizada através de uma auditoria externa, com a empresa certificadora Imo Control do Brasil Ltda. Não há um certificado individual para cada produtor, mas sim um certificado grupal em nome da Coceargs. Sobre isso, nosso entrevistado relatou que:

A gente não tem certificado único pra cada produtor, a gente tem um certificado único em nome da Coceargs como produtor. Então, depois a esse certificado vem um anexo, uma LFA que a gente chama, onde consta o nome das famílias com o número de área. (Informação verbal^{xxiii}, destaque nosso)

Esse anexo chamado Lista das Famílias Aprovadas (LFA) é o registro onde constam informações como o nome das famílias e os registros das áreas de produção. Como o certificado é grupal, a auditoria da empresa certificadora não se dá diretamente nos produtores, mas sim em um Sistema Interno de Controle (SIC) adotado pela cooperativa. O SIC é responsável pela verificação da conformidade da produção orgânica de acordo com a legislação vigente. Segundo as palavras de um de nossos entrevistados “[...] a auditoria é quando eles vêm e fazem uma vistoria, **eles não vêm fazer em cima do produtor né, eles vêm fazer uma vistoria em cima do Sistema Interno de Controle [...]**” (Informação verbal^{xxiv}, destaque nosso).

A composição do SIC se dá com técnicos da Coceargs, da Cootap, de outras instituições parceiras, como o caso da Cooptec^{xxv} e da Emater/RS-Ascar, além de agricultores assentados que atuam como inspetores internos, exercendo destacado papel no processo. Segundo um de nossos entrevistados, o SIC tem importantes funções:

O SIC tem o papel de fazer formações, de ajuste de área, de fazer toda a verificação do insumo... O produtor quer, por exemplo, entrar e usar algum adubo, insumo, ele não pode usar por conta. Ele tem que enviar uma solicitação pro SIC e aí a gente faz a análise do insumo, compara com a legislação, teor de metal pesado, essas coisas assim. Se for necessário a gente tem que mandar pra um laboratório pra fazer análise mais detalhada. (Informação verbal^{xxvi})

Essa dinâmica de trabalho adotada pelo SIC, por mais que a certificação seja realizada através da contratação de um organismo de terceira parte – nos referimos à Imo –, gera um processo mais participativo e mais horizontal em comparação à uma certificação por auditoria convencional. Assim, em maior ou menor medida, são fortalecidos aspectos como a coletividade, confiabilidade, transparência e reciprocidade entre os assentados e as organizações envolvidas na produção, no beneficiamento, na certificação e na comercialização, especialmente quando associamos essa dinâmica ao papel desempenhado pelo Grupo Gestor do Arroz Ecológico.

Apesar disso, é importante manter sob o foco dessa discussão a comparação estabelecida por Cuéllar Padilla (2008), entre essa forma de certificação e os Sistemas Participativos de Garantia propriamente ditos. O paralelo delineado pela autora é muito semelhante ao que acontece no caso da certificação do arroz “Terra Livre”. O papel da certificadora nesse processo acaba não sendo realizado diretamente junto aos agricultores assentados, tampouco nas unidades de beneficiamento. A auditoria se dá muito mais sobre o trabalho realizado pelo SIC do que individualizada por produtor.

O fato é que a adoção dessa dinâmica transfere aos atores (agricultores, técnicos e gestores das cooperativas) a responsabilidade por todo o processo, exigindo confiança e compromisso por parte destes. Esta é, portanto, uma situação intermediária entre a certificação por auditoria convencional e os sistemas participativos de garantia, também chamados de certificação participativa. Nesse sentido, esse sistema está baseado no controle do cumprimento de determinadas normativas por uma entidade de certificação alheia ao grupo

de produtores, onde os atores chave no processo são os auditores e não os agricultores (CUÉLLAR PADILLA, 2008).

Assim, podemos depreender que essa forma de certificação por auditoria de maneira grupal, exatamente como o caso do arroz “Terra Livre”, possui algumas características *sui generis*. Por exemplo, havendo alguma inconformidade em relação às normas técnicas, afeta todo o conjunto de produtores vinculados ao certificado grupal da Coceargs. Nosso entrevistado explicou que:

Como sai certificado somente no nome da Coceargs, uma não conformidade dada pelo SIC é uma coisa. **Uma não conformidade dada pela certificadora pro SIC é uma não conformidade que reflete em todos os 400 produtores.** Se tiver um problema mais grave, por exemplo se eles verificar um produtor e ver que a gente colocou que tá tudo bem e que usou só adubo orgânico e o cara chega lá e ele tá com todo o lote dessecado e tá com um monte de galão de veneno e coisa, **a gente corre o risco de não receber certificado, e aí não é só certificado daquela área, é certificado de todos os produtores.** (Informação verbal^{xxvii}, destaques nossos)

Apesar dos aspectos levantados por Cuéllar Padilha (2008) na comparação empreendida entre os SPGs e a certificação grupal por auditoria, a dinâmica de certificação do Arroz “Terra Livre”, conforme um de nossos interlocutores, ajudou a planejar e gerir melhor a produção, tendo em vista a necessidade de informar à certificadora os passos de todo o processo produtivo. Conforme as palavras de um de nossos entrevistados:

[...] a certificação é um mal necessário, mas tem um efeito colateral maravilhoso que é o capricho e prestar conta pra alguém do que tu fazes, mesmo pra ti mesmo, entende? Porque tu começa a ter um planejamento melhor. Com isso a evolução foi muito grande, então os balanços anuais de trabalho, de empenho, de produção, de planejamento, de produção de sementes, tudo veio junto [...]. O processo de certificação foi um elemento chave para isso [...]. (Informação verbal^{xxviii})

No que se refere à opção por uma certificação por auditoria, mesmo que grupal, em relação a uma certificação participativa de fato, na pesquisa de campo constatou-se que alguns fatores justificam essa escolha. Conforme as entrevistas realizadas, a explicação está ligada ao fato de que a produção de arroz orgânico ocorre em uma escala maior em comparação com hortaliças, que já eram produzidas de forma ecológica nos assentamentos em questão. Ou seja, no caso do arroz o escoamento da produção apenas em canais curtos de comercialização não dá conta de todo o volume produzido. Dessa forma, quando foi pensada a certificação do arroz “Terra Livre”, foi com o intuito de exportar a produção e por isso da escolha pela certificação por terceira parte. Um de nossos entrevistados justificou essa opção da seguinte forma:

[...] **foi mais pela questão de mercado**, quando surgiu [a certificação*] **era pensando no mercado de exportação**, era o mercado que estava em alta e também essa própria articulação do NB* [...]. Ele falava bastante que tinha um mercado aberto pra questão da exportação, tinha bastante demanda de produto e tinha pouco mercado dos orgânicos, tinha alguns produtos mas que era muito difícil entrar, **então era mais fácil entrar no mercado de exportação do que venda interna, por isso que se optou pela auditoria** [...]. **A gente até costuma falar que hoje a gente basicamente trabalha com auditoria pela questão de mercado, porque é o único que dá a opção de exportação** [...], então basicamente a auditoria funciona por causa disso. (Informação verbal^{xxix}, destaques nossos, *inspetor da Imo com identidade preservada nessa pesquisa)

Nesse contexto, Caldas (2011, p. 37) ratifica que alguns países, como na “[...] União Europeia, Estados Unidos e Japão não reconhecem SPGs, sendo vetado aos produtores

venderem seus produtos como «orgânicos», a menos que disponham da chancela de uma certificação adicional por terceira parte” (destaque no original).

Além disso, é importante salientar que o marco legal que ratificou os SPGs no Brasil, através do Decreto Federal 6.323, só ocorreu no final do ano de 2007 (BRASIL, 2007), praticamente dois anos após o início do processo de certificação do arroz “Terra Livre”. Assim, a necessidade legal de certificação da produção orgânica e os imperativos mercadológicos associados de certa maneira à legislação também foram motivos pelos quais se deu a escolha pela certificação por auditoria. Tal forma de certificação já era reconhecida antes da institucionalização dos SPGs no marco legal brasileiro.

A certificação da produção, apesar de ainda tratar-se de um processo por auditoria externa, é tida como importante por parte dos assentados, especialmente pela possibilidade de acesso a diferentes mercados. Não obstante, existe o entendimento de que é uma certificação cara e burocrática. Um de nossos entrevistados nos relatou que:

A certificação é uma coisa importante, só que tem algumas coisas aí que se torna cara [...] **porque essa certificação sempre foi na verdade uma coisa pra eles ganharem dinheiro.** Por exemplo, nós procuramos entrar uma vez na *Certificadora Y**, era uma careza enorme, então nós assinamos com a Imo que é um pouco mais acessível. Assinamos. Quando veio o inspetor deles de lá, daí paga tudo, paga voo, paga hotel... (Informação verbal^{xxx}, destaque nosso, *empresa certificadora com identidade preservada nessa pesquisa)

Em outra entrevista foi evidenciado o alto custo econômico da certificação por auditoria, mesmo sendo de forma grupal: “É importante, mas só que é uma certificação cara [...], a gente acha muito caro isso, isso é muito caro...” (Informação verbal^{xxxii}). Esse custo, apesar de ser elevado, é rateado entre os produtores. Em uma das entrevistas nos foi exposto que:

A grande parte dos nossos produtores reclama bastante da certificação por auditoria pela questão burocrática, é uma carga burocrática muito grande, é um **custo muito alto também.** Então hoje a gente cobra em média por produtor, um saco por hectare de cada produtor. Como eu sou responsável pelo setor de certificação, se tu vais levar em conta tudo o que se gasta com certificadora, escritório, salário do pessoal, tem que pagar um monte de inspetores, despesas gerais, fecha ali e ali [...]. (Informação verbal^{xxxiii}, destaques nossos)

Essa constatação também foi observada em um estudo de Caldas *et al.* (2012). Os autores apontam a inquietação de algumas organizações e movimentos envolvidos com a agroecologia em relação aos custos do processo de certificação, os quais são assumidos por quem produz nessa forma de agricultura, assim como as exigências burocráticas e procedimentos de controle. Para os autores, “[...] a agricultura convencional, que segue contaminando e consumindo recursos naturais não renováveis, está totalmente desobrigada” de cumprir procedimentos semelhantes (CALDAS *et al.*, 2012, p. 465).

No que tange a perspectivas futuras em relação à certificação, a pesquisa de campo evidenciou um desejo de aos poucos se avançar para um sistema participativo. Todavia, um de nossos entrevistados mencionou que “É fundamental a manutenção de certificação por auditoria ainda, porque eles cometeram erros fatais, a atratividade do mercado institucional criou uma dependência da política pública” (Informação verbal^{xxxiii}). Em outra entrevista, foi relatado que já há discussões sobre certificar o arroz “Terra Livre” por meio de uma certificação participativa, entretanto é um processo que ainda necessita de amadurecimento, sobretudo pelos imperativos de mercado. Conforme as palavras utilizadas pelo nosso entrevistado:

Estamos discutindo isso da participativa [...] então ainda falta um monte de coisa pra nós chegar lá, então, mas há a ideia de uma hora a gente sair da mão deles, sair da mão da Imo. Então tem essa ideia de uma hora a gente sair fora, mas por enquanto não dá porque nós não temos o que agarre, **os estados europeus são um monte de gente, então pra comprar um produto tem que ter a assinatura deles** [da Imo*]. (Informação verbal^{xxxiv}, destaques nossos, *inserção nossa)

É importante registrar que a Coceargs já está registrada junto ao MAPA como um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC), ou seja, um SPG. O histórico da Coceargs no sistema de certificação participativa começou a ser construído em 2012, culminando com o seu cadastro pelo MAPA como um OPAC em março de 2015, quando passou a certificar a produção primária vegetal e a produção primária animal dos assentamentos. A partir de abril de 2016, conquistou tal condição no âmbito do processamento de produtos de origem animal e de origem vegetal. Atualmente, conforme dados do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, de abril de 2020 (BRASIL, 2020b), a OPAC Coceargs conta com 322 produtores certificados nos municípios gaúchos de Águas Claras, Barra do Ribeiro, Canguçu, Capela de Santana, Eldorado do Sul, Encruzilhada do Sul, Guaíba, Hulha Negra, Nova Santa Rita, Pedras Altas, Piratini, São Jerônimo, Tapes e Viamão. Porém, deste total de produtores, apenas 129 (40%) possuíam cadastrado o produto “arroz” em seu escopo de produção. Dentre os demais produtos constam principalmente frutas, hortaliças diversas e sementes.

Entendemos que isso se deve ao fato de que as famílias assentadas envolvidas com a produção de arroz, de maneira geral, estão inseridas em uma cadeia em que o tecido social ainda não está devidamente fortalecido para a implantação de uma certificação participativa. Isso pode estar relacionado ao fato de que o arroz, por ser produzido em uma escala bem maior do que hortaliças, necessita que o escoamento de sua produção não seja apenas através de canais curtos de comercialização. Além disso, há que se ponderar também a distância geográfica existente entre as famílias assentadas produtoras do arroz.

Nesse sentido, conforme mencionado anteriormente, existe a questão da credibilidade demandada por parte dos compradores, que por sua vez também está relacionada com a escala de produção. Como o arroz é produzido em extensas áreas e em grande volume, somente canais curtos de comercialização não dariam conta de absorver toda a produção, sendo necessária a busca de outros mercados. Nesse sentido, um de nossos entrevistados respondeu que o arroz “Terra Livre” não é certificado de forma participativa “por causa desse processo de credibilidade, os compradores ainda exigem a certificação de uma auditoria” (Informação verbal^{xxxv}).

No entanto, esse processo de amadurecimento em relação à certificação participativa do arroz “Terra Livre” está sendo construído não só junto aos assentados/as, mas também há a necessidade de transpor alguns obstáculos no que diz respeito à comercialização de um produto certificado de forma participativa. Mesmo que a legislação brasileira reconheça a equivalência, alguns mercados exigem a certificação por auditoria. O que acontece é que muitas vezes a certificação participativa, por mais que legalmente esta modalidade se apresente equivalente à certificação por auditoria, é menosprezada, especialmente no contexto da comercialização da produção. O que deixa dúvida é se esse tipo de exigência de alguns mercados acontece por falta de conhecimento ou por pré-noção em relação à legitimidade da certificação participativa.

Um de nossos entrevistados mencionou que os auditores da empresa certificadora, por diversas vezes, questionaram como os procedimentos de certificação seriam realizados se a mesma transcorresse de forma participativa. Conforme suas próprias palavras:

a gente quando recebe uma inspeção externa da Imo [...], os inspetores ficam de piadinha que **não acreditam muito nessa certificação participativa**, e ficam

falando, ‘nessa situação como vocês tratariam na OPAC de vocês?’, e ficam questionando, ‘**certificação participativa não funciona**, como é que uma família produtor e vizinho vai certificar outro?’. (Informação verbal^{xxxvi}, destaques nossos)

Obviamente que há um interesse por parte das certificadoras que a certificação participativa não avance, pois desta maneira segue o domínio exercido por essas empresas, reforçando a ideia de tratar-se de um rentável nicho de mercado. Um de nossos entrevistados, auditor da empresa Imo Control do Brasil Ltda., referiu-se à certificação participativa questionando sua eficiência, especialmente em cadeias que envolvam o beneficiamento de produtos. Conforme as palavras de nosso entrevistado:

eu entendo a parte participativa que vem com um ideal um pouco diferente, desse processo que é **um olhar mais de organização, um olhar de grupo, um processo de aprendizado, de empoderamento também [...]. Agora, isso funciona bem onde as organizações funcionam, e funcionam menos quando as organizações não funcionam**, você não tem mais um terceiro que supervisiona, uma forma que faz com que você se auto controla, então a exigência e a disciplina é bem maior do que num processo de certificação externo. **Mas pra produções agrícolas que vão direto pro consumidor ou de produtos de ciclo curto, como hortaliças e etc., entendo perfeitamente a certificação participativa**, ela é mais perto do produtor, mais hábil nesse sentido. Agora pra, por exemplo, **processos industriais, toda a parte mais complexa, mais frágil em termos jurídicos, eu como produtor teria as minhas dúvidas em relação à segurança que teria**, não por causa da qualidade, muito mais por aquilo que falei, que é a autodisciplina, a sistemática, o processo sistemático de gerenciar com tranquilidade, é importante, também no ponto de vista, e você é obrigado a fazer isso desde dia 01 com a certificadora. (Informação verbal^{xxxvii}, destaque nosso)

O trecho acima deixa evidente o caráter vertical da certificação por auditoria, que Caldas (2011) já havia mencionado como sendo expressão de uma dinâmica vertical, de cima para baixo, onde o poder do auditor se impõe sobre o produtor, cabendo a este o cumprimento de protocolos e de decisões burocráticas que não são tomadas dentro de seu campo de atuação.

Antes da finalização desta seção, é importante traçar algumas considerações sobre o exposto até aqui. Em primeiro lugar, conforme os resultados discutidos nos parágrafos anteriores, a certificação nesse caso vem sendo assumida como um processo caro e burocrático, especialmente por se tratar de uma certificação por auditoria, ainda que essa seja realizada de forma grupal. Apesar disso, os assentados e as lideranças dos assentamentos envolvidos entendem a importância desse processo, principalmente pela garantia perante aos mercados mais exigentes e extensas superfícies de distribuição.

Por outro lado, existe o entendimento também de que é necessário avançar no sentido de uma certificação participativa, como já acontece na produção de frutas, hortaliças e panificados em assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Sul. Contudo, esse é um processo que ainda necessita de amadurecimento e fortalecimento do tecido social, especialmente pelas famílias envolvidas com a produção de arroz orgânico estarem distantes umas das outras, geograficamente e socialmente, conforme procuramos demonstrar ao longo deste estudo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável a importância da produção orgânica no Brasil e no mundo. Os impactos do atual cenário de exploração dos ecossistemas impõem a necessidade de revisão de diferentes conceitos de produção, como forma de buscar a adoção de práticas que promovam a preservação da biodiversidade, o respeito à natureza e às relações sociais. Nesse sentido, a produção orgânica pode contribuir com práticas que convirjam com as dimensões da

sustentabilidade, inclusive no caso de culturas que são cultivadas em maiores extensões, como o caso da orizicultura.

Sobre o caso do arroz “Terra Livre”, produzido pelos assentamentos de reforma agrária do estado do Rio Grande do Sul, consideramos que a evolução da produção, da área cultivada, o envolvimento de mais de 600 famílias de 22 assentamentos distribuídos em 16 municípios do Rio Grande do Sul e o reconhecimento do MST do Rio Grande do Sul como o maior produtor de arroz orgânico da América representa a grandeza de um projeto construído de forma coletiva, alicerçado nas bases da agroecologia como força motriz de um processo de desenvolvimento diferenciado e promotor de empoderamento social dos assentados e assentadas da reforma agrária.

No que diz respeito à certificação do arroz “Terra Livre”, entendemos que esta se dá em um *modus operandi* que se situa entre a certificação por auditoria convencional, de forma individualizada, e os Sistemas Participativos de Garantia, caracterizando-se como uma certificação coletiva (grupal) por terceira parte. Conforme exposto, algumas características são peculiares dessa modalidade e tangenciam o processo de certificação do arroz “Terra Livre”: apesar de existir um sistema interno de controle onde os técnicos e as famílias envolvidas com a produção recebem um certificado grupal, o objetivo dessa dinâmica é reduzir o custo de certificação, onde a chave do processo é a inspeção externa realizada pela certificadora, segundo as regras que regem esse sistema.

Diferentemente, os SPGs estão alicerçados numa lógica horizontal onde os atores buscam, além de reduzir o custo, a autonomia das próprias famílias, que são figuras chaves na responsabilidade e consolidação da acreditação de que as normas técnicas e legais da produção orgânica foram cumpridas. Nesse sentido, existe não só o desejo, mas uma caminhada iniciada na direção de uma construção coletiva para certificar o arroz “Terra Livre” através de um SPG, como já ocorre com hortaliças, frutas, panificados e sementes produzidos em assentamentos de reforma agrária do Rio Grande do Sul.

Por fim, não poderíamos deixar de citar o desmantelamento de diversas políticas públicas para a agricultura familiar no período mais recente do Brasil. Esse niilismo de políticas e programas que até então vinham sendo executadas de forma bastante exitosa, como o caso do Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar, vem causando sérias consequências para a ponta mais frágil desse conjunto: os agricultores e agricultoras familiares. Em busca da qualidade dos produtos e do reconhecimento social, é necessária a criação e manutenção de formas de comercialização que priorizem os produtos oriundos da agricultura familiar, com ênfase para produtos orgânicos e agroecológicos. No nosso entendimento, é fundamental o fomento a iniciativas que promovam um desenvolvimento rural mais sustentável, que seja de fato transformador, servindo de inspiração para o surgimento de outras iniciativas semelhantes, alicerçadas na inclusão e na inovação social.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao CNPq pela concessão das bolsas de mestrado (processo nº 130381/2016-0) e doutorado (processo nº 140392/2018-1) ao primeiro autor e de iniciação científica (processo nº 120141/2016-7) à terceira autora. À CAPES e ao programa CAPES-PrInt pela concessão de bolsa de doutorado sanduíche (processo nº 88887.468275/2019-00) ao primeiro autor. Às entrevistadas e entrevistados pela receptividade e tempo dedicado à pesquisa. E, por fim, aos avaliadores anônimos da Revista Agropampa pelas valiosas sugestões.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, M. R.; CAMPÊLO, C. da S; SILVA, J. B A. da. Fraude em leite: Métodos de detecção e implicações para o consumidor. **Revista do Instituto Adolfo Lutz**, v. 73, n. 3, p. 244-251, 2014.
- ABRASCO. Associação Brasileira de Saúde Coletiva. 2015. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/2015/04/aumenta-a-quantidade-de-agrotoxicos-consumido-por-cada-brasileiro-73-litros/>. Acesso em junho de 2020.
- BIANCHINI, V.; MEDAETS, J. P. P. Da Revolução Verde à Agroecologia: Plano Brasil Agroecológico. **Brasil Agroecológico: MDA**, 2013.
- BRASIL. Endereços de Certificadoras e OPAC. 2020a. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/arquivos-organicos/ENDEREOSDECERTIFICADORASEOPAC2.docx>. Acesso em outubro de 2020.
- BRASIL. Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. 2020b. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>. Acesso em abril de 2020.
- BRASIL. Decreto Federal 6.323, de 27 de dezembro de 2007. Regulamenta a Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6323.htm. Acesso em outubro de 2020.
- BRASIL. Lei 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.831.htm. Acesso em outubro de 2020.
- CADORE, E. A. **A produção de arroz agroecológico na COOTAP/MST**. Dissertação (Mestrado Profissional) - Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 81, 2015.
- CALDAS, N. V. **Estudo comparativo entre sistemas de certificação de produtos orgânicos nos contextos da agricultura familiar brasileira e espanhola**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, p. 208, 2011.
- CALDAS, N. V.; SACCO DOS ANJOS, F.; BEZERRA, A. J. A.; AGUILAR CRIADO, E. Certificação de produtos orgânicos: obstáculos à implantação de um sistema participativo de garantia na Andaluzia, Espanha. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, n. 3, p. 455-472, 2012.
- CUÉLLAR PADILLA, M. C. **Hacia un Sistema Participativo de Garantía para la producción ecológica en Andalucía**. Tese (Doctorado en Agroecología, Sociología y Desarrollo Rural Sustentable) - Instituto de Sociología y Estudios Campesinos, Universidad de Córdoba, Espanha, p. 305, 2008.
- DE ASSIS, R. L.; ROMEIRO, A. R. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 6, p. 67-80, 2002.
- DUARTE, G. L. **Estratégias de diferenciação de produtos agroalimentares: estudo comparativo entre o arroz orgânico “Amigo do Taim” e o arroz agroecológico “Terra Livre”**. Tese (Doutorado em Agronomia) – Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, p. 167, 2014.
- EL PAÍS. De que JBS e BRF são acusadas? Comer carne é seguro? Entenda a operação da PF. Atualizado em 22 de março de 2017a. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/20/politica/1490036745_907943.html. Acesso em outubro de 2020.
- EL PAÍS. Operação Carne Fraca: o esquema podre que ronda os frigoríficos no Brasil. Atualizado em 25 de março de 2017b. Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/24/politica/1490391912_181027.html. Acesso em outubro de 2020.

FORNAZIERI, J. M. **Fatores que contribuíram para o crescimento da produção de arroz agroecológico em assentamentos de reforma agrária no RS: desafios e perspectivas**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, p. 99, 2015.

G1. Operação Leite Compensado passa a investigar indústrias; entenda. Atualizado de 14 de maio de 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/campo-e-lavoura/noticia/2014/05/leite-compensado-passa-investigar-industrias-entenda-operacao.html>. Acesso em outubro de 2020.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, 1995, p. 57-63.

HECK, F. M.; PERPETUA, G. M.; JUNIOR, A. T. Operação Carne Fraca: a podridão vai muito além da carne! **Revista OKARA: Geografia em debate**, v. 12, n. 2, p. 603-623, 2018.

HOWARD, P. Intellectual Property and Consolidation in the Seed Industry. **Crop Science of America**, v. 55, nº 6, p. 2489-2495, 2015.

JESUS, E. L. Diferentes abordagens de agricultura não-convencional: história e filosofia. In: AQUINO, A. M. e ASSIS, R. L. (Org.). **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília: Embrapa Agrobiologia, 2005, p. 21-48.

JORNAL DO COMÉRCIO. Operação Leite Compensado flagra adulteração em leite de três laticínios gaúchos. Atualizado em 14 de maio de 2017. Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2017/03/economia/551557-operacao-leite-compensado-flagra-adulteracao-em-leite-de-tres-laticinios-gauchos.html. Acesso em outubro de 2020.

MARTINS, A. F. G. Produção ecológica de arroz dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: um caso de gestão participativa e geração de conhecimentos. In: **Anais da III Jornada da questão agrária e desenvolvimento: os sujeitos na soberania alimentar**, UFPR, Novembro, 2015.

MARTINS, A. F. G. A construção da emancipação humana nos territórios da reforma agrária: o caso do conglomerado cooperativo da produção ecológica de arroz nos assentamentos da Região Metropolitana de Porto Alegre. **Revista NERA**, v. 19, n. 31, 2016.

MAZOYER, M; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Brasília: São Paulo: NEAD/ MDA; Ed. UNESP, 2010.

MINAYO, M. C. DESLANDES, S. F.; NETO, O. C.; GOMES, R. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOREIRA, C. R.; PY, L. O.; GHISLENI, T. S. Toddynho: da saia justa ao molejo. Como a comunicação integrada de marketing auxiliou no caso do achocolatado Toddynho. In: **Anais do XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul**, Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Maio e Junho, 2012.

POLLNOW, G. E. **Agricultura familiar e processos de certificação de orgânicos: o caso do arroz Terra Livre**. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, p. 118, 2018.

TERRA. Vigilância Sanitária autua fábrica do Toddynho por contaminação. Atualizado em 07 de outubro de 2011. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/vigilancia-sanitaria-autua-fabrica-do-toddynho-por-contaminacao,e580dc840f0da310VgnCLD200000bbccceb0aRCRD.html>. Acesso em outubro de 2020.

VEJA. Fábrica do Toddynho admite que houve contaminação. Atualizado em 06 de outubro de 2011. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/fabrica-do-toddynho-admite-que-houve-contaminacao/>. Acesso em outubro de 2020.

- ⁱ Extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário e atual Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), vinculada ao MAPA.
- ⁱⁱ Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul.
- ⁱⁱⁱ Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre.
- ^{iv} Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Tapes.
- ^v Cooperativa dos Produtores Orgânicos da Reforma Agrária de Viamão.
- ^{vi} Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita.
- ^{vii} Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio Grande do Sul.
- ^{viii} Instituto Riograndense do Arroz.
- ^{ix} Informação fornecida pelo interlocutor SO, em entrevista realizada em Tapes/RS, em outubro de 2017.
- ^x Informação fornecida pelo interlocutor OP, em entrevista realizada em Viamão/RS, em novembro de 2017.
- ^{xi} Informação fornecida pela interlocutora PR, em entrevista realizada Eldorado do Sul/RS, em junho de 2017.
- ^{xii} Informação fornecida pela interlocutora PR, em entrevista realizada Eldorado do Sul/RS, em junho de 2017.
- ^{xiii} Informação fornecida pelo interlocutor SO, em entrevista realizada em Tapes/RS, em outubro de 2017.
- ^{xiv} Informação fornecida pelo interlocutor PS, em entrevista realizada em Eldorado do Sul/RS, em junho de 2017.
- ^{xv} Informação fornecida pela interlocutora PR, em entrevista realizada em Eldorado do Sul/RS, em junho de 2017.
- ^{xvi} Informação fornecida pela interlocutora PR, em entrevista realizada em Eldorado do Sul/RS, em junho de 2017.
- ^{xvii} Informação fornecida pelo interlocutor SO, em entrevista realizada em Tapes/RS, em outubro de 2017.
- ^{xviii} Informação fornecida pelo interlocutor PS, em entrevista realizada em Eldorado do Sul/RS, em junho de 2017.
- ^{xix} Informação fornecida pelo interlocutor SO, em entrevista realizada em Tapes/RS, em outubro de 2017.
- ^{xx} Informação fornecida pelo interlocutor PS, em entrevista realizada em Eldorado do Sul/RS, em junho de 2017.
- ^{xxi} Informação fornecida pelo interlocutor SO, em entrevista realizada em Tapes/RS, em outubro de 2017.
- ^{xxii} Informação fornecida pelo interlocutor PS, em entrevista realizada em Eldorado do Sul/RS, em junho de 2017.
- ^{xxiii} Informação fornecida pelo interlocutor PS, em entrevista realizada em Eldorado do Sul/RS, em junho de 2017.
- ^{xxiv} Informação fornecida pelo interlocutor PS, em entrevista realizada em Eldorado do Sul/RS, em junho de 2017.
- ^{xxv} Cooperativa de Trabalhos em Serviços Técnicos Ltda.
- ^{xxvi} Informação fornecida pelo interlocutor PS, em entrevista realizada em Eldorado do Sul/RS, em junho de 2017.
- ^{xxvii} Informação fornecida pelo interlocutor PS, em entrevista realizada em Eldorado do Sul/RS, em junho de 2017.
- ^{xxviii} Informação fornecida pelo interlocutor AO, em entrevista realizada em Pelotas/RS, em dezembro de 2016.
- ^{xxix} Informação fornecida pelo interlocutor PS, em entrevista realizada em Eldorado do Sul/RS, em junho de 2017.
- ^{xxx} Informação fornecida pelo interlocutor SO, em entrevista realizada em Tapes/RS, em outubro de 2017.
- ^{xxxi} Informação fornecida pela interlocutora PR, em entrevista realizada em Eldorado do Sul/RS, em junho de 2017.
- ^{xxxii} Informação fornecida pelo interlocutor PS, em entrevista realizada em Eldorado do Sul/RS, em junho de 2017.
- ^{xxxiii} Informação fornecida pelo interlocutor AO, em entrevista realizada em Pelotas/RS, em dezembro de 2016.
- ^{xxxiv} Informação fornecida pelo interlocutor SO, em entrevista realizada em Tapes/RS, em outubro de 2017.
- ^{xxxv} Informação fornecida pelo interlocutor AO, em entrevista realizada em Pelotas/RS, em dezembro de 2016.
- ^{xxxvi} Informação fornecida pelo interlocutor PS, em entrevista realizada em Eldorado do Sul/RS, em junho de 2017.
- ^{xxxvii} Informação fornecida pelo interlocutor DS, em entrevista realizada em Pelotas/RS, em julho de 2017.